

JANELAS DA CULTURA LOCAL: ABRINDO OPORTUNIDADES PARA INCLUSÃO DIGITAL

Isa Maria Freire

Doutora em Ciência da Informação, Departamento de Ensino e Pesquisa (MCT/IBICT), Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Convênio MCT/IBICT – UFF, isa@ibict.br

Resumo: Apresenta o quadro teórico e metodológico da pesquisa *Janelas da Cultura Local*, em implementação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que tem como objetivo promover, de forma participativa, ações de informação no sentido da inclusão digital. As premissas do projeto — a *informação como força de transformação*, a *responsabilidade social da Ciência da Informação* e a sua *relação intrínseca com a tecnologia da informação* — se manifestam na proposta de desenvolvimento de competências para produção e comunicação digital da informação, contribuindo para dotar os participantes de elementos de mediação entre a cultura local e a cultura global. Espera-se, com o projeto, trazer contribuição ao resgate e registro da memória cultural da comunidade envolvida na pesquisa, contribuindo, também, para elevação do Índice de Desenvolvimento Humano no município beneficiado.

Palavras-chave: inclusão digital; identidade cultural; gestão da informação; responsabilidade social; ciência da informação

Abstract: It presents the theoretical and methodological framework of the research Local Cultural Windows being implemented at the Brazilian Institute for Information in Science and Technology with the sponsorship of the National Council for Scientific and Technological Development, which aims to stimulate, in a participative way, information actions to promote digital inclusion. The premises of the project — *information as a transformation strength*, *the social responsibility of Information Science and its intrinsic relation to information technology* — emerge in the proposal as the development of the competencies required for the production and communication of information in digital media, thus contributing to enable the participants to navigate between the local and the global cultures. With this project we aim to redeem and register the cultural memory of the community the research focus at and to contribute to enhance the Human Development Rates of the city under study.

Keywords: digital inclusion; cultural identity; information management; social responsibility; information science

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi produzido no âmbito do projeto de pesquisa *Janelas da Cultura Local: Quissamã, RJ*, em implementação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Coordenação de Ensino e Pesquisa, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Processo n.304820/2004-0. Mod. PQ e Processo n.401830/2004-7 Mod. APQ).¹ Sua finalidade é registrar a abordagem teórica aplicada ao projeto, e, ao mesmo tempo, divulgar uma *informação* que julgamos ser de interesse para o campo da Ciência da Informação, no Brasil.²

O propósito do projeto é desenvolver, de forma participativa, ações de informação com vistas à inserção de comunidades na Sociedade da Informação. Para tanto, utilizaremos uma *rede conceitual* (Wersig, 1993; Freire, 2001) tecida a partir da definição de *informação* de Barreto (1994; 1996), considerando os aspectos funcionais dos novos produtos de informação nos espaços globais, conforme González de Gómez (1995; 1997; 2004). Nossas premissas são a *informação como força de transformação* (Araújo, 1994; Araújo e Freire, 1999), a *responsabilidade social* da Ciência da Informação (Wersig e Neveling, 1975; Freire, 2001) e sua relação intrínseca com a tecnologia da informação (Sarecevic, 1995; Pinheiro, 1997; Freire, 2004), que se manifestam neste projeto através do desenvolvimento de competências para produção e comunicação de informação em uma comunidade, contribuindo para dotar os participantes de elementos de mediação entre a cultura local e a cultura global.

A abordagem metodológica se pauta no caráter interativo presente tanto nas tecnologias digitais de informação e comunicação quanto na participação da comunidade no processo de construção de interfaces de organização e comunicação da informação cultural local. Nesse sentido, adotaremos os modelos da Pesquisa-Participante, que permite incluir a comunidade local na construção de um produto de informação, como demonstrado por Freire (1998) e Espírito Santo (2003), e da Pesquisa-Ação de Thiollent (1997; 2000), que possibilita a discussão dos procedimentos metodológicos por todos os participantes da pesquisa, favorecendo a correção de rumos e sua adequação às condições locais.

O projeto será implementado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Quissamã, RJ, com apoio de organismo de fomento à pesquisa científica e de outras parcerias que serão articuladas no decorrer das atividades. Além do relatório científico da pesquisa, que incluirá a formalização de uma metodologia para inclusão digital de comunidades, esperamos ter como resultado do projeto o desenvolvimento de competências em tecnologias intelectuais e digitais de gestão, organização e comunicação da informação, especialmente nos participantes locais. Assim, esperamos que o desenvolvimento do trabalho promova tanto o resgate e o registro da memória cultural de toda uma comunidade como também promova a elevação da auto-estima e, conseqüentemente, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da comunidade beneficiada.

2 ENTRE O GLOBAL E O LOCAL

Na sociedade contemporânea, a comunicação mediada por computadores interligados em rede gera uma grande diversidade de comunidades virtuais, caracterizando a metáfora da “aldeia global”, conforme verificado em Ianni (1997), entre outros: “*Províncias, regiões e nações, bem como culturas e civilizações, são atravessadas e articuladas pelos sistemas de informação e comunicação* (IANNI, 1997, p.228). Neste espaço social contemporâneo, é que ocorre a difusão de padrões culturais globais que acarretam em alienação dos valores e das culturas locais.

Enquanto processo de desenvolvimento de complexas interconexões entre sociedades, culturas, instituições e indivíduos, a globalização estimula e favorece a remoção de nossos relacionamentos e de nossas referências de vida de contextos locais para contextos transnacionais. (MIRANDA, 2000).

Analisando os fatores que podem caracterizar uma crise das identidades no processo de globalização, Hall (1998) sugere que esta pode ser consoante com as concepções de identidade cultural formuladas em torno do papel que o sujeito social adquiriu nas transformações históricas recentes da humanidade. Por um lado, na concepção iluminista o indivíduo era dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, sendo o centro essencial do “eu”, a identidade de uma pessoa. Por outro lado, na concepção sociológica, a identidade do sujeito se forma através da relação deste com outras pessoas, da interação de valores, sentidos, símbolos e cultura dos mundos habitados pelo sujeito. A identidade, nesta concepção, preenche o espaço entre o interior e o exterior, entre o mundo pessoal e o mundo público: “*A identidade (...) costura (...) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis*” (HALL, 1998, p.10).

Ocorre que na globalização esta idéia de identidade unificada e estável está sendo fragmentada, apresentando-se não mais como uma única identidade, mas como uma composição de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Para Ortiz (1985), as identidades que compunham as paisagens sociais “lá fora” e asseguravam as necessidades objetivas da cultura, estão entrando em colapso diante de grandes mudanças estruturais e institucionais. Pois mais do que um processo de transformação social e cultural, a globalização representa a materialização de um paradigma que toma corpo a partir do momento em que um novo insumo assume papel de “fator-chave” no desenvolvimento das forças produtivas: a informação.

...na emergência de um novo paradigma tecnológico, organizado em torno das tecnologias de informação, mais flexíveis e poderosas, a informação, embora tenha sempre desempenhado papel crucial para a economia, torna-se, agora, o próprio produto do processo produtivo. (CASTELLS, 1999, p.89)

Para Barreto, a relevância desse fenômeno trouxe à tona questões sobre a natureza da informação, sua conceituação científica e os benefícios que pode trazer ao indivíduo e no seu relacionamento com o mundo em que vive. Na sua perspectiva, o principal objetivo da informação está ligado à produção de conhecimento no indivíduo, sendo definida “*como agente mediador na produção do conhecimento, a informação qualifica-se em forma e substância, como estruturas significantes com a competência de gerar conhecimento para o indivíduo e seu grupo*” (BARRETO, 1994, p.4). Estas “estruturas significantes” podem ser construídas através de ações políticas e técnico-científicas, no contexto da produção e transferência de estoques de informação primordiais para a produção do conhecimento. Nestes termos, “*a informação é qualificada como um instrumento modificador da consciência do homem e de seu grupo*” (BARRETO, 1994, p.3).

Ao construir, de forma participativa, um instrumento de comunicação da informação na área de saúde, Freire observa que:

É no espaço social, político e econômico que ocorre o fenômeno da produção e circulação da informação (...) através de um processo de comunicação social que engloba uma fonte geradora de informação (um emissor), os canais de transmissão do “texto e sua estrutura” e (um receptor) usuário da informação. (FREIRE, 1998, p.103)

Configura-se, portanto, um “espaço de informação” que, como ressalta González de Gómez (1999), antes de designar espaços físicos remete a esferas relacionais e simbólicas de sociabilidade, de comunicação e de saber. Nesses espaços, “*as informações obtêm valor testemunhal ao serem agregadas e organizadas especialmente, [sendo,] ao mesmo tempo, nós das redes que entrelaçam os mais diversos fluxos de informação*” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999). Abordando a questão da informação na sociedade globalizada, a autora destaca a necessidade de situar os acontecimentos e processos (culturais, organizacionais, produtivos, políticos) em diferentes planos de integração, uma vez que a complexidade dos

elos [*links*] que entrelaçam o local e os mundos externos, em todas as suas manifestações. Em decorrência, as ações dos atores sociais que trabalham com a informação devem atuar de modo a promover os fluxos de informação em todos esses diferentes planos. Isto significa não somente promover o acesso a redes de informação globais para atores locais, mas também estabelecer conexões entre os espaços locais e globais, com dois tipos de procedimentos:

- a) *extrativo*, de modo que os atores locais se apropriem das informações disponíveis na rede;
- b) *produtivo*, para que os atores locais confirmem sua presença argumentativa, econômica e política nos espaços das redes globais.³

Para Albagli (1999), a relevância da cultura local na globalização está no seu papel de integração das especificidades:

...à partir do potencial integrativo do novo padrão tecnológico, o local redefine-se, ganhando em densidade comunicacional, informacional e técnica no âmbito das redes informacionais que se estabelecem em escala planetária. [Pois] a dimensão cultural do local atua na globalidade como um fio invisível que vincula os indivíduos ao espaço, marcando uma certa idéia de diferença ou de distinção entre comunidades. (ALBAGLI, 1999, p.186-87).

Assim, o local constitui-se em suporte e condição para as relações globais. “*É nele que a globalização se expressa concretamente e assume especificidades*” (ALBAGLI, 1999, p.189). Podemos dizer que é nesse sentido que as culturas nacionais atuam como fontes principais de identidade cultural, pois a cultura nacional contribui para “unir” as diferenças numa única identidade. Assim, embora as formas da identidade cultural não estejam impressas em nossos genes, pensamos nelas como se fizessem parte da nossa natureza essencial. E sendo a cultura nacional uma das principais fontes da identidade cultural, falar sobre esta implica em, antes, falar sobre aquela: “*As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação; elas participam da idéia da nação tal como representada em sua cultura nacional*” (HALL, 1998, p.49).

Trabalhando com informação na perspectiva da cultura, Marteleto (1995) entende que cultura e informação “*são conceitos fenômenos interligados pela sua própria natureza*” (MARTELETO, 1995, p.90). A cultura funcionaria como uma memória que ao conservar e reproduzir artefatos simbólicos e materiais de geração em geração, torna-se a depositária da informação social. Neste sentido, “*se torna o primeiro momento de construção conceitual da informação, como artefato, ou como processo que alimenta as maneiras próprias do ser, representar e estar em sociedade*” (MARTELETO, 1995, p.91). Dessa forma, a socialização da cultura (linguagem, estética, visão de mundo, valores, costumes) assume papel relevante para a democratização do acesso e uso da informação. Numa leitura antropológica da informação, seu processo de construção como objeto de estudo só se complementa quando se levam em conta, concretamente, as estruturas materiais e simbólicas de um dado universo cultural e as relações práticas e representações dos sujeitos, cada vez mais mediadas por um modo informacional e competente de ser e estar em sociedade. Pois, segundo Barreto (1994), a informação sintoniza o indivíduo no seu mundo, ao referenciar o homem ao seu semelhante e ao seu espaço vivencial.

Na nossa abordagem, a informação é vista como “possibilidade” de conhecimento que se realiza quando “*a informação deixa de ser, unicamente, uma medida de organização por redução de incerteza, para ser a própria organização em si*” (Barreto, 1996, p.409). Desse modo, podemos dizer que na medida em que a informação adquire relevância para a produção social, cresce a responsabilidade social do campo científico dedicado ao seu estudo, organização e transferência (FREIRE, 2001). É nesse sentido que propomos, no presente projeto de pesquisa, a realização de uma ação informacional fundamentada nas potencialidades das novas tecnologias de processamento e comunicação da informação, que

para González de Gómez (2004) podem ser vistas “tanto [como] condição quanto [um] campo de experimentação de novas práticas de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2004, p.57).

Para Castells (1999),

...as novas tecnologias não são simples ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. Usuários e criadores podem tornar-se a mesma coisa. Desta forma, os usuários podem assumir o controle da tecnologia como, no caso da Internet. Segue-se uma relação muito próxima entre os processos sociais de criação e manipulação de símbolos (a cultura da sociedade) e a capacidade de produzir e distribuir bens e serviços (forças produtivas). (CASTELLS, 1999, p.50-51)

Em decorrência dessa proximidade entre os processos culturais e produtivos, na sociedade contemporânea as tecnologias da informação e da comunicação não são apenas instrumentos técnicos no sentido tradicional mas “feixes de propriedades ativas”, algo tecnologicamente novo e diferente, pois se antes as tecnologias “serviam como instrumentos para aumentar o alcance dos sentidos (braço, visão, movimento etc)”, agora “ampliam o potencial cognitivo do ser humano (seu cérebro/mente) e possibilitam mixagens cognitivas complexas e cooperativas” (ASSMANN, 2000, p.6).

[As novas tecnologias] **participam ativamente do passo da informação para o conhecimento.** [O que] está acontecendo [é] um ingresso ativo do fenômeno técnico na construção cognitiva da realidade. Doravante, nossas formas de saber terão um ingrediente (...) derivado da nossa parceria cognitiva com as máquinas que possibilitam modos de conhecer anteriormente inexistentes. (ASSMANN, 2000, p.13. Negrito nosso).

Neste contexto, uma “parceria cognitiva” se estabelece entre o ser humano e as máquinas inteligentes, de modo que termos como “usuário” não mais expressariam essa relação cooperativa adequadamente, uma vez que o papel das tecnologias de informação e comunicação

...já não se limita à simples configuração e formatação, ou, se quiserem, ao enquadramento de conjuntos complexos de informação. (...) Em resumo, as novas tecnologias têm um papel ativo e coestruturante das formas do aprender e do conhecer. Há nisso, por um lado, uma incrível multiplicação de chances cognitivas, que convém não desperdiçar, mas aproveitar ao máximo. (ASSMANN, 2000, p.11)

É nesse quadro que “as políticas públicas podem fazer a diferença”, de modo a favorecer o crescimento de uma sociedade da informação onde todos tenham “acesso a uma quota parte mínima dos novos serviços e aplicações” das tecnologias digitais de informação e comunicação (ASSMANN, 2000, p.15). Por isso mesmo, a democratização do acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação deveria ser vista como elemento fundamental nas políticas inclusão social, de modo a ajudar as populações economicamente carentes a se beneficiarem das vantagens do progresso tecnológico, reforçando o caráter democrático da sociedade da informação.

3 O DESAFIO DA INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

Em junho de 2003, o IBGE divulgou a Síntese de Indicadores Sociais de 2002 na qual esta desigualdade a que aludimos aparece como a característica mais marcante na sociedade brasileira. Apesar de alguns índices como saúde, educação e condições de domicílio apresentarem melhoras, “ainda é grande a diferença entre o topo e a base de nossa pirâmide socioeconômica” (REVISTA INTELIGÊNCIA EMPRESARIAL, 2003, p.3). Esta situação se agrava quando observamos que está aumentando a distância os “providos” e os “desprovidos digitais”, tanto em nível internacional quanto em nível local:

A chamada brecha digital preocupa não apenas porque a diferença de renda entre providos e desprovidos de tecnologia digital tende a aumentar numa época de forte inovação tecnológica, mas pela oportunidade de diminuir esta desigualdade pelas vias dos ganhos dos mais pobres. Existem poucos diagnósticos e debates no contexto brasileiro sobre o binômio inclusão/exclusão digital. (...) A discussão raramente envereda pelo acesso às tecnologias pelo lado do (...) usuário pobre (...) É preciso desenvolver tecnologias para o uso da tecnologia da informação no combate à pobreza e à desigualdade. (NÉRI *et al.*, 2003. p.4)

E embora essas tecnologias não representem uma solução mágica para o complexo problema da desigualdade, sem dúvida “constituem [atualmente] uma das condições fundamentais da integração na vida social” (SORJ, 2003, p.15). Nesse sentido, as ações de inclusão digital devem ser consideradas relevantes no conjunto de políticas públicas de inclusão social uma vez que, segundo Lévy (2000), seria papel das tecnologias de informação e comunicação “promover a construção dos coletivos inteligentes, nos quais as potencialidades sociais e cognitivas de cada um [possam] desenvolver-se e ampliar-se de maneira recíproca” (LÉVY, 2000 citado por FREIRE, 2004, p.193).

As ações para inclusão digital tornaram-se especialmente relevantes depois que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios mostrou que apenas 12,5% da população brasileira tem computador em casa, mas os domicílios com altos percentuais de acesso digital estão localizados, em sua maioria, no Sudeste urbano, principalmente na Região metropolitana de São Paulo. Com relação à Internet, segundo o [Ibope eRatings](#) (citado por RONDELLI, 2003b), o número de usuários domiciliares no Brasil cresceu 0,7% em janeiro de 2003, atingindo 7,5 milhões de pessoas, aumentando também o número de horas navegadas em 7,5% em relação a dezembro de 2002. Contudo, a presença na Web brasileira esteve concentrada nos sites de ‘Carreira e Emprego’, visitados por 1,4 milhão de internautas, 18,8% do total de usuários ativos e ‘Notícias e Informações’, visitados por 3,2 milhões de internautas. Para Rondelli, “... estes são indicadores de que a Internet no Brasil vai se firmando cada vez mais como um importante canal de serviços e mídia para os integrantes das classes A e B ...” (IBOPE ERATINGS citado por RONDELLI, 2003b).

Néri *et al.* (2003) relacionaram políticas de inclusão digital e lei de Moore⁴, com o objetivo de “subsidiar o entendimento de campanhas de doação de computadores” para grupos economicamente desfavorecidos, partindo da premissa de que o “analfabetismo digital, ao afetar a capacidade de aprendizado, a conectividade e a disseminação de informações, gera conseqüências virtualmente em todos os campos da vida do indivíduo” (NÉRI *et al.*, 2003, p.5). Entretanto, nos “quatro passos para inclusão digital” que propõe, Rondelli (2003a) coloca que “computadores conectados em rede é o primeiro [passo] mas não é o suficiente para se realizar a pretensa inclusão digital”; o segundo seria “criar oportunidades para que os aprendizados feitos a partir dos suportes técnicos digitais possam ser empregados no cotidiano da vida e do trabalho”, mas para que isso aconteça o terceiro passo tem que vir junto, que ela chama de entorno institucional. Neste, “é preciso muito investimento financeiro, pois essa tecnologia não é gratuita, mesmo que pública. E tal desenho institucional não se faz de modo aleatório” (RONDELLI, 2003a). O quarto passo consistiria em

...entender que inclusão digital pressupõe outras formas de produção e circulação da informação e do saber diferentes destas mais tradicionais que nos acostumamos a frequentar. Portanto, há também um elemento importante de inovação no uso das tecnologias. (RONDELLI, 2003a)

Também para Lazarte, os elementos necessários para inclusão não devem contemplar apenas o acesso físico à infra-estrutura e a conexão em rede e computadores, mas, especialmente, a capacitação das pessoas para utilizar estes meios de comunicação da

informação e, principalmente, para criar a “*possibilidade de uma incorporação ativa no processo todo de produção, compartilhamento e criação cultural*”, os chamados “conteúdos” (LAZARTE, 2000, p.51). Nesse sentido,

A forma de se proporcionar este acesso deve estar integrada às condições locais existentes, em termos de suas organizações, tanto quanto em seus referenciais culturais. Centros de produção, criação e compartilhamento cultural (e de acesso à rede) devem estar integrados a associações comunitárias, centros religiosos, igrejas etc. (LAZARTE, 2000, p.48)

Entretanto, embora este seja um problema socialmente significativo, Néri *et al.* assinalam que “*existem poucos diagnósticos e debates no contexto brasileiro sobre o binômio inclusão/exclusão digital. [Mas] A discussão raramente envereda pelo acesso às tecnologias pelo lado do (...) usuário pobre*” (NÉRI *et al.*, 2003, p.5). Neste contexto trazemos as colocações de Araújo sobre o problema, quando destaca que

...o verdadeiro desafio [é] criar tecnologias, construir ferramentas [tecnologias intelectuais] e sistemas mais eficazes, não só para gerenciar informação, mas, também para facilitar ao ser humano a transformação da informação em conhecimento e, conseqüentemente, em ação na sociedade. (ARAÚJO, 2001, p.11)

Entretanto, como fazê-lo? Castells (2003) nos dá uma pista, quando coloca que o problema da inclusão digital vai além do desenvolvimento tecnológico:

A questão crítica é mudar (...) para o aprendizado-de-aprender, uma vez que a maior parte da informação [estará] on-line e o que realmente [será] necessário é a habilidade para decidir o que procurar, como obter isso, como processá-lo e como usá-lo para a tarefa específica que provocou a busca de informação. Em outras palavras, o novo aprendizado é orientado para o desenvolvimento da capacidade educacional de transformar informação e conhecimento em ação (cf. Dutton, 1999). (CASTELLS, 2003, p.103)⁵

E lembra nossa própria responsabilidade social, quando coloca “*ainda que não saibamos o bastante sobre as dimensões sociais e econômicas da Internet, sabemos [que] a melhoria de nossa condição dependerá do que as pessoas fizerem, inclusive você e eu*” (CASTELLS, 2003, p.107). Contudo, a nosso ver depende não somente de nossa ação no mundo mas, especialmente, da nossa conscientização sobre o poder transformador da informação:

[Pois] se a informação é a mais poderosa força de transformação do homem [o] poder da informação, aliado aos modernos meios de comunicação de massa, tem capacidade ilimitada de transformar culturalmente o homem, a sociedade e a própria humanidade como um todo. (ARAÚJO, 1994. p.84)

E aqui se revela outro pressuposto na nossa abordagem: a relevância do papel dos profissionais da informação na sociedade contemporânea, muito menos no que diz respeito à competência no uso das tecnologias intelectuais e digitais, do que em relação a uma visão social de mundo.⁶ Nesse sentido a questão remeteria à aposta de Pascal, retomada por Goldmann como possibilidade para a realização futura de uma sociedade engajada na complexa tarefa de produzir a si mesma através da interação de seus diversos grupos e, neles, dos indivíduos:

Para que o homem viva como homem, ele deve engajar sua vida sem reservas, na esperança de um valor autêntico cujo sinal mais claro é que ela é realidade. É o paradoxo fundamental da condição humana: a união dos contrários, a união do espírito e da matéria [Em Georg Lukács,] reaparece essa idéia de que ser homem significa engajar sem reservas sua existência na afirmação eternamente improvável de uma relação possível entre o dado sensível e o sentido, entre deus e a realidade empírica atrás da qual ele se esconde, relação (...) que não se pode demonstrar e na qual, entretanto, é necessário engajar toda sua existência.⁷ (GOLDMANN, 1979, p.53)

Como muitos dos visionários que acreditam numa utopia planetária⁸, Goldmann aposta na capacidade dos indivíduos construírem uma verdadeira comunidade humana no futuro, fundamentando a reflexão que vimos realizando sobre o papel dos profissionais que atuam no campo da informação: contribuir, de um lado, para ampliar a teia mundial de comunicação da informação e, de outro, para diminuir a “info-exclusão”, aumentando as possibilidades de livre acesso aos estoques de informação. Nesse sentido, Lévy (2000) coloca que “o principal projeto arquitetônico do século XXI será imaginar, construir e organizar o espaço interativo e móvel do ciberespaço” (LÉVY, 2000, p.26) e o Ministério da Ciência e Tecnologia publicou o *Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil*, que contém as metas de implementação do Programa Sociedade da Informação e constitui uma súmula consolidada de possíveis aplicações de Tecnologias da Informação, na sociedade brasileira.

O *Livro Verde* contempla um conjunto de ações para impulsionar a Sociedade da Informação no Brasil, em todos os seus aspectos: ampliação do acesso, meios de conectividade, formação de recursos humanos, incentivo a pesquisa e desenvolvimento, comércio eletrônico, desenvolvimento de novas aplicações. A finalidade do Programa é lançar as bases de um projeto de amplitude nacional, para integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação e de suas aplicações na sociedade. Destarte, uma pesquisa nas páginas brasileiras na Internet e uma visita ao sítio virtual Portal de Inclusão Digital [www.idbrasil.gov.br] nos permite avaliar o nível de interesse do governo e da sociedade civil nos processos de inclusão digital.

É nesse quadro que o presente projeto se coloca, por um lado, como contribuição ao estudo dos processos sociais de produção e comunicação da informação; por outro, como proposição de ações de inclusão digital através da transferência de tecnologias intelectuais e digitais para redes de ensino públicas, em municípios brasileiros. O padrão que une nossa abordagem aos trabalhos dos autores aqui citados é a noção de uma ‘responsabilidade social’ para o campo científico da informação, que poderia ser descrita como de “*facilitar a transmissão do conhecimento para aqueles que dele necessitam*”,⁹ na sociedade. E o conhecimento, voa nas asas da informação.

REFERÊNCIAS E NOTAS

ALBAGLI, S. Globalização e espacialidade. O novo do local. In: **Globalização & Inovação localizada**: experiências de sistemas locais no Mercosul. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

ARAUJO, V.M.R.H. de. Miséria informacional. O paradoxo da subinformação e superinformação. **Revista Inteligência Empresarial**, n.7, abril 2001.

_____. **Sistemas de recuperação da informação**: nova abordagem teórico-conceitual. Rio de Janeiro, 1994. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação da UFRJ, 1994

ARAUJO, V.M.R.H. de; FREIRE, I.M. Conhecimento para o desenvolvimento: reflexões para o profissional da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v.9, n.1, 1999.

ASSMANN, H. A metamorfose do aprender na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 2, p. 7-15, maio/ago. 2000. Disponível em: www.ibict.br/cionline.

AYALA, M.; AYALA, M.I.N. **Cultura popular no Brasil**: perspectiva de análise. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

- BARRETO, A. de A. A eficiência técnica e econômica e a viabilidade de produtos e serviços de informação. **Ciência da Informação**, v.25, n.3, 1996. Disponível em: www.ibict.br/cionline.
- _____. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, v.8, n.4, out./dez., 1994.
- BRANDÃO, C.R. **O que é folclore**. 12ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. Pesquisar-participar. In: BRANDÃO, C.R. (Org.). **Pesquisa participante**. 6ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Sociedade da Informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília, 2000. Disponível em: www.mct.br.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura.
- _____. **A galáxia da Internet**: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- DEMO, P. Metodologia do conhecimento científico. **São Paulo: Atlas, 2000**.
- DUTTON, W.H. **Society on the Line**: Information Politics in the Digital Age. New York: Oxford Press University.
- ESPÍRITO SANTO, C. do. **“Quissamã somos nós”**: Pesquisa Participante para construção de hipertexto sobre identidade cultural. Rio de Janeiro, 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: Convênio CNPq/IBICT – UFRJ/ECO, 2003. Disponível em: www.isafreire.pro.br. Produção acadêmica/ Dissertações.
- ESPÍRITO SANTO, C. do; FREIRE, I.M. “Quissamã somos nós!”: construção participativa de hipertexto. **Ciência da Informação**, v.33, n.1, 2004. www.ibict.br/cionline.
- FARRADANE, J. Knowledge, information and information science. **Journal of Information Science**, v.2, 1980.
- FOLKCOMUNICAÇÃO. Tradições culturais da humanidade serão preservadas pela Unesco. **Jornal Brasileiro de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v.5 n.192, 4 out. 2002. Disponível em: www.metodista.unesco.br/JBCC/jbcc192.htm. Acesso em 13 dez. 2002.
- FREIRE, G.H. de A. **Comunicação da informação em redes virtuais de aprendizagem**. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: Convênio CNPq/IBICT – UFRJ/ECO, 2004. Disponível em: www.isafreire.pro.br. Produção acadêmica/Tese.
- _____. O hipertexto como instrumento de informação em redes de comunicação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.6, n. especial, 2003.

_____. **A construção de instrumento para comunicação de informação sobre saúde.** Rio de Janeiro, 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: Convênio CNPq/IBICT – UFRJ/ECO, 1998. Em: <http://ghafreire.sites.uol.com.br>.

FREIRE, I.M. O desafio da inclusão digital. **Transinformação**, v.16, n.2, 2004.

_____. A responsabilidade social da Ciência da Informação na perspectiva da consciência possível. **DataGramZero**, v.5, n.1, 2004. Disponível em: www.dgz.org.br.

_____. **A responsabilidade social da ciência da informação e/ou O olhar da consciência possível sobre o campo científico.** Rio de Janeiro, 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: Convênio CNPq/IBICT – UFRJ/ECO, 2001. Disponível em: www.isafreire.pro.br. Produção científica/Tese.

_____. Informação; consciência possível; campo. Um exercício com construtos teóricos. **Ciência da Informação**, v. 24, n.1, 1995.

FREIRE, I.M., ARAUJO, V.M.R.H. de. A responsabilidade social da ciência da informação. **Transinformação**, Campinas, v.11, n.1, 1999.

FREIRE, I.M.; FREIRE, G.H. de A. Navegando a literatura: o hipertexto como instrumento de ensino. **Transinformação**, v.10, n.2, 1998. Disponível em: www.isafreire.pro.br. Produção científica/Artigos.

GEERTZ, G. **O saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa.** 6ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOLDMANN, L. **Dialética e cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Importância do conceito de consciência possível para a informação. In: **O conceito de informação na ciência contemporânea. Colóquios Filosóficos de Royaumont.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. **Ciência da Informação**, v.33, n.1, 2004. Disponível em: www.ibict.br/cionline.

_____. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, v.1, n.1, 1999.

_____. A globalização e os novos espaços da informação. **Informare**, v.3, n.1/2, 1997. Disponível em: www.ibict.br/cionline.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 2ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998

IANNI, O. **Teorias da globalização.** 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Em: www.ibge.gov.br.

- LAZARTE, L. Ecologia cognitiva na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v.29, n. 2, 2000. Disponível em: www.ibict.br/cionline/.
- LÉVY, P. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 3ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.
- _____. **As tecnologias da inteligência**. O futuro do pensamento na era da informática Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- MATTELART, A. **História da utopia planetária: da cidade profética à sociedade global**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2002.
- _____. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Ed. Loyola, 2002
- MARTELETO, R.M. Cultura, educação, distribuição social dos bens simbólicos e excedente informacional. **Informare**, v.1, n.2, 1995.
- MATOSO, G.Q. **O município de Quissamã: histórico, sócio-econômico, turístico**. Quissamã (S.n., s.d.).
- MIRANDA, A. A sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ciência da Informação**, v.29, n.2, 2000. Disponível em: www.ibict.br/cionline.
- NERI, M.; CARVALHAES, L.; NERI, A.L.; PIERONI, A. Lei de Moore e Políticas de Inclusão Digital. **Revista Inteligência Empresarial**, n.14, jan. 2003.
- ORTIZ, R. **Mundialização da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PINHEIRO, L.V.R. **A Ciência da Informação entre sombra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar**. Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Rio de Janeiro: Escola de Comunicação, 1997.
- REVISTA **Inteligência Empresarial**, n.7, abril 2001.
- RONDELLI, E. **Quatro passos para a inclusão digital**. Em www.icoletiva.com.br, 2003a.
- _____. Mídia, informação e conhecimento. Em www.icoletiva.com.br, 2003b.
- SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.1, n.1, 1996.
- SCRUTON, R. Authority and allegiance. In: DONALD, J.; HALL, S. (Org.) **Politics and ideology**. Milton Keynes: Open University Press, 1986.
- SORJ, B. **brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília, DF: Unesco, 2003.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 10ed. São Paulo: Cortez Ed., 2000.
- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 6., 2005, Florianópolis, SC.

____. **Pesquisa-Ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

WERSIG, G. Information Science: The study of postmodern knowledge usage. **Information Processing and Management**, v. 29, n° 2, 1993.

WERSIG, G., NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**. v.9, n.4, 1975.

¹ Participam como pesquisadores convidados os doutores Gustavo Henrique de Araújo Freire e Vânia Maria Rodrigues Hermes de Araújo; como pesquisadoras colaboradoras as mestras Carmelita do Espírito Santo e Paula Martinez Mello. Participam, também, os mestrandos Márcio Gonçalves e Miriam de Fátima Cruz (PPGCI – MCT/IBICT – UFF), e os especialistas Cristina Gáudio Teixeira e Ricardo Siqueira Neves.

² Reflexões sobre o tema da pesquisa foram comunicadas na revista *Transinformação*, v.16 n.1, 2004.

³ Cf. GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1997.

⁴ Segundo essa lei, nos últimos 30 anos a unidade de potência dos computadores tem dobrado a cada 18 meses. Nesse cenário, a alta obsolescência tecnológica dos computadores levaria à possibilidade de doação de equipamentos computacionais em bom estado a grupos sociais economicamente carentes. Cf. NÉRI *et al.*, 2003.

⁵ Sobre o conceito de “conhecimento em ação” no campo da Ciência da Informação, ver: FREIRE, 1995; ARAUJO e FREIRE, 1999.

⁶ A propósito, ver: FREIRE, 2004.

⁷ O texto original data de 1954. Sobre a “aposta” de Goldmann no campo da Ciência da Informação, ver *Apêndice* em FREIRE, 2001. Disponível em: www.isafreire.pro.br. Produção científica/Tese.

⁸ Em sua *História da utopia planetária* Mattelart (2002) cita, entre outros, Américo Vespúcio, Thomas More, Montaigne, Bacon, Saint-Simon, Paul Otlet e Henri La Fontaine. À lista, acrescentamos Pierre Lévy com sua *inteligência coletiva*. Notas de trabalho. PPGCI, 2004.

⁹ Cf. WERSIG e NEVELING, 1975, citados por FREIRE, 2001.